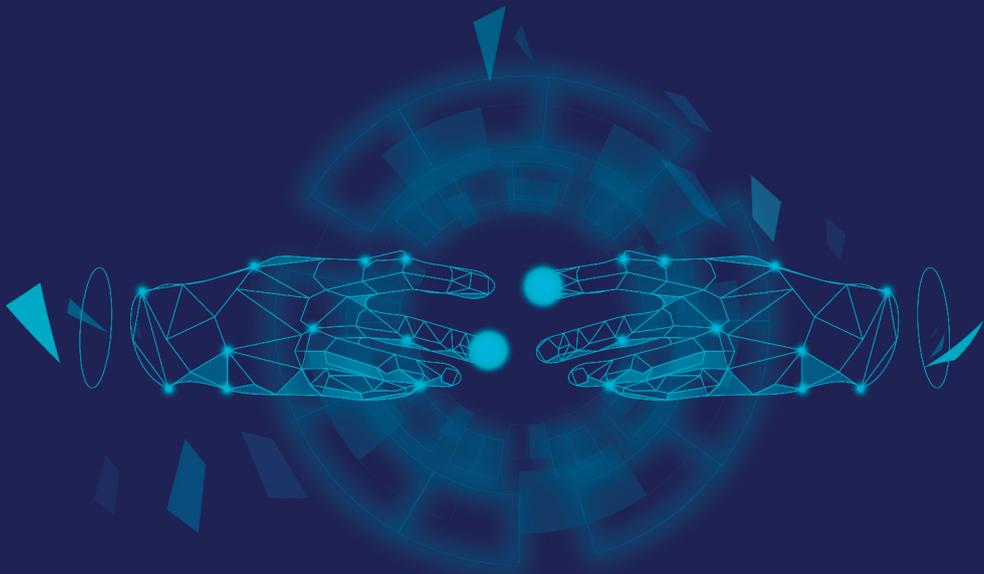


2021

COORDENADORAS

Ana Carolina **Brochado Teixeira**
Livia **Teixeira Leal**



Herança Digital

Controvérsias e Alternativas

EDITORA
FOCO

Você está recebendo, **GRATUITAMENTE**, um fragmento da obra da **Editora Foco**, para dar início aos seus estudos.

Este conteúdo não deve ser divulgado, pois tem direitos reservados à editora, constituindo-se uma cortesia a título de motivação aos seus estudos.

Faz-se necessário evidenciar que tal fragmento não representa a totalidade de uma obra ou disciplina.

A obra, na sua totalidade, poderá ser adquirida no site da **Editora Foco**:

www.editorafoco.com.br

Bons estudos!

Editora Foco



2021 © Editora Foco

Coordenadoras: Ana Carolina Brochado Teixeira e Livia Teixeira Leal

Autores: Aline de Miranda Valverde Terra, Ana Carolina Brochado Teixeira, Ana Luiza Maia Nevares, Bruno Torquato Zampier Lacerda, Caio Ribeiro Pires, Camila Helena Melchior Baptista de Oliveira, Carlos Nelson Konder, Caroline Pomjé, Cíntia Burille, Conrado Paulino da Rosa, Daniel Bucar, Daniele Chaves Teixeira, Everilda Brandão Guilhermino, Filipe Medon, Gabriel Honorato, Gustavo Tepedino, Heloisa Helena Barboza, Karina Nunes Fritz, Letícia Trevizan Tedesco, Livia Teixeira Leal, Maici Barboza dos Santos Colombo, Marcos Ehrhardt Jr., Maria Goreth Macedo Valadares, Maria Regina Detoni Cavalcanti Rigolon Korkmaz, Milena Donato Oliva, Sérgio Branco, Sergio Marcos Carvalho de Ávila Negri, Simone Tassinari Cardoso Fleischmann, Thais Câmara Maia Fernandes Coelho e Vitor Almeida,

Diretor Acadêmico: Leonardo Pereira

Editor: Roberta Densa

Assistente Editorial: Paula Morishita

Revisora Sênior: Georgia Renata Dias

Capa Criação: Leonardo Hermano

Diagramação: Ladislau Lima e Aparecida Lima

Impressão miolo e capa: FORMA CERTA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

H531

Herança digital: controvérsias e alternativas / Aline de Miranda Valverde Terra ... [et al.] ; coordenado por Ana Carolina Brochado Teixeira, Livia Teixeira Leal. - Indaiatuba : Editora Foco, 2021.

312 p. ; 17cm x 24cm.

Inclui índice e bibliografia.

ISBN: 978-65-5515-280-7

1. Direito. 2. Direito digital. 3. Internet. 4. Patrimônio digital. I. Terra, Aline de Miranda Valverde. II. Teixeira, Ana Carolina Brochado. III. Nevares, Ana Luiza Maia. IV. Lacerda, Bruno Torquato Zampier. V. Pires, Caio Ribeiro. VI. Oliveira, Camila Helena Melchior Baptista de. VII. Konder, Carlos Nelson. VIII. Pomjé, Caroline. IX. Burille, Cíntia. X. Rosa, Conrado Paulino da. XI. Bucar, Daniel. XII. Teixeira, Daniele Chaves. XIII. Guilhermino, Everilda Brandão. XIV. Medon, Filipe. XV. Honorato, Gabriel. XVI. Tepedino, Gustavo. XVII. Barboza, Heloisa Helena. XVIII. Fritz, Karina Nunes. XIX. Tedesco, Letícia Trevizan. XX. Leal, Livia Teixeira. XXI. Colombo, Maici Barboza dos Santos. XXII. Ehrhardt Jr., Marcos. XXIII. Valadares, Maria Goreth Macedo. XXIV. Korkmaz, Maria Regina Detoni Cavalcanti Rigolon. XXV. Oliva, Milena Donato. XXVI. Branco, Sérgio. XXVII. Negri, Sergio Marcos Carvalho de Ávila. XXVIII. Fleischmann, Simone Tassinari Cardoso. XXIX. Coelho, Thais Câmara Maia Fernandes. XXX. Almeida, Vitor. XXXI. Título.

2021-1317

CDD 340.004.678

CDU 34:004

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior – CRB-8/9949

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Direito Digital 340.004.678

2. Direito Digital 34:004

DIREITOS AUTORAIS: É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora FOCO, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998. Os comentários das questões são de responsabilidade dos autores.

NOTAS DA EDITORA:

Atualizações e erratas: A presente obra é vendida como está, atualizada até a data do seu fechamento, informação que consta na página II do livro. Havendo a publicação de legislação de suma relevância, a editora, de forma discricionária, se empenhará em disponibilizar atualização futura.

Erratas: A Editora se compromete a disponibilizar no site www.editorafoco.com.br, na seção Atualizações, eventuais erratas por razões de erros técnicos ou de conteúdo. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para contato@editorafoco.com.br. O acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Impresso no Brasil (04.2021) – Data de Fechamento (04.2021)

2021

Todos os direitos reservados à
Editora Foco Jurídico Ltda.

Avenida Ipororó, 348 – Sala 05 – Cidade Nova
CEP 13334-050 – Indaiatuba – SP

E-mail: contato@editorafoco.com.br

www.editorafoco.com.br

APRESENTAÇÃO

Há algum tempo, temos nos deparado com inúmeros desafios que os bens digitais vêm apresentando. Entender esse novo universo que representa parte da vida de quase todos os brasileiros, as projeções das identidades na *Internet*, o trato adequado do patrimônio digital, fazem despertar a consciência da necessidade de tutela jurídica a esses novos tipos de bens e direitos... afinal, a pandemia fez com que se tornasse tênue a separação da vida *online* da *offline* – se é que ela ainda existe.

Ante a ausência de legislação específica que trate do tema, a tarefa do intérprete é um juízo de adequação aos instrumentos normativos existentes, a fim de se investigar a necessidade de termos leis talhadas para esses bens que, embora possam facilitar a aplicação do arcabouço normativo, podem não ser construídas com a argúcia necessária que os novos ativos requerem.

Se as repercussões desses novos bens durante a vida dos seus titulares ainda carecem de estudos, o que dirá seus efeitos *post mortem*. O ponto de partida dessa reflexão é a tarefa de delimitar o acervo transmissível pelas regras do direito sucesório: todos os dados se transmitem ou apenas aqueles com natureza patrimonial ou dúplice? É dado aos herdeiros conhecer todas as situações jurídicas digitais nas quais o titular da herança está inserido ou faz-se necessário redimensionar a ideia de privacidade, projetando-a para uma tutela *post mortem*?

É preciso avançar para além dessas perguntas – mesmo elas sendo essenciais para que haja uma base sólida desse instituto jurídico, comumente chamado de *herança digital* – a fim de se pensar em efeitos mais específicos que ele gera, formas de avaliação, como deve ser feita sua tributação, se serviços de *streaming* estão no âmbito do patrimônio transmissível, como qualificar o direito de acesso nessa seara e enfrentar muitos outros problemas em que essa situação jurídica repercute.

Foi em razão dessas inquietações que esse livro nasceu. Entre outras afinidades, a busca pelas respostas a essas controvérsias uniu as coordenadoras, há algum tempo. Por isso, esse projeto foi pensado a partir de problemas que pudessem ser estudados com a maior seriedade por esse time de autores comprometidos com o desenvolvimento de uma dogmática civilista séria, útil e coerente.

É nesse sentido que a presente obra se debruça sobre temas diversos, como tecnologia e morte, bens digitais, regulação da herança digital, direito de acesso, *streaming*, exploração econômica de perfis de pessoas falecidas, direito ao esquecimento, inteligência artificial, tutela póstuma dos direitos da personalidade, aspectos processuais, testamento virtual, legítima, dentre outros.

Embora essa iniciativa não esgote o tema, ela apresenta importante passo no amadurecimento da discussão no cenário jurídico. Fica aos leitores o convite para o debate, a fim de que possamos avançar na proposição de soluções para as polêmicas que os bens digitais apresentam ao ordenamento brasileiro.

Agradecemos a editora Foco por mais uma vez estar conosco em nossos projetos e a todos os autores que abraçaram esse desafio.

Ana Carolina Brochado Teixeira

Livia Teixeira Leal

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Ana Carolina Brochado Teixeira e Livia Teixeira Leal III

TECNOLOGIA, MORTE E DIREITO: EM BUSCA DE UMA COMPREENSÃO SISTEMÁTICA DA “HERANÇA DIGITAL”

Heloisa Helena Barboza e Vitor Almeida 1

O ENQUADRAMENTO DOS BENS DIGITAIS SOB O PERFIL FUNCIONAL DAS SITUAÇÕES JURÍDICAS

Ana Carolina Brochado Teixeira e Carlos Nelson Konder 21

BENS DIGITAIS: EM BUSCA DE UM MICROSSISTEMA PRÓPRIO

Bruno Torquato Zampier Lacerda 41

ACERVO DIGITAL: CONTROVÉRSIAS QUANTO À SUCESSÃO *CAUSA MORTIS*

Aline de Miranda Valverde Terra, Milena Donato Oliva e Filipe Medon 55

STREAMING E HERANÇA DIGITAL

Gustavo Tepedino e Camila Helena Melchior Baptista de Oliveira 75

DIREITO DE ACESSO E HERANÇA DIGITAL

Everilda Brandão Guilhermino 95

TUTELA PÓSTUMA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE E HERANÇA DIGITAL

Maici Barboza dos Santos Colombo 105

ASPECTOS PROCESSUAIS RELACIONADOS À HERANÇA DIGITAL

Maria Goreth Macedo Valadares e Thais Câmara Maia Fernandes Coelho 123

EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DE PERFIS DE PESSOAS FALECIDAS

Gabriel Honorato e Livia Teixeira Leal 137

LEGÍTIMA E HERANÇA DIGITAL: UM DESAFIO QUASE IMPOSSÍVEL

Simone Tassinari Cardoso Fleischmann e Letícia Trevizan Tedesco..... 155

TESTAMENTO VIRTUAL: PONDERAÇÕES SOBRE A HERANÇA DIGITAL E O FUTURO DO TESTAMENTO

Ana Luiza Maia Nevares..... 175

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E A HERANÇA DIGITAL

Marcos Ehrhardt Jr. 191

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A TUTELA PÓSTUMA DE DADOS PESSOAIS: NOTAS SOBRE AS DECISÕES AUTOMATIZADAS

Sergio Marcos Carvalho de Ávila Negri e Maria Regina Detoni Cavalcanti Rigolon Korkmaz..... 207

A GAROTA DE BERLIM E A HERANÇA DIGITAL

Karina Nunes Fritz..... 227

A REGULAÇÃO DA HERANÇA DIGITAL: UMA BREVE ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS ESPANHOLA E ALEMÃ

Conrado Paulino da Rosa e Cíntia Burille 245

DIREITO AO ESQUECIMENTO E HERANÇA DIGITAL

Sérgio Branco 261

SITUAÇÕES PATRIMONIAIS DIGITAIS E ITCM: DESAFIOS E PROPOSTAS

Daniel Bucar e Caio Ribeiro Pires..... 273

CAMINHOS PARA A TUTELA DOS BENS DIGITAIS NO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

Daniele Chaves Teixeira e Caroline Pomjé..... 289

O ENQUADRAMENTO DOS BENS DIGITAIS SOB O PERFIL FUNCIONAL DAS SITUAÇÕES JURÍDICAS¹

Ana Carolina Brochado Teixeira

Doutora em Direito Civil pela UERJ. Mestre em Direito Privado pela PUC-Minas. Especialista em direito civil pela Universidade de Camerino (Itália). Professora de Direito Civil. Coordenadora editorial da Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil. Advogada.

Carlos Nelson Konder

Doutor e mestre em Direito Civil pela UERJ. Professor de Direito Civil da UERJ e da PUC-Rio. Especialista em direito civil pela Universidade de Camerino (Itália). Advogado.

Sumário: 1. Introdução. 2. O conceito de situação jurídica subjetiva. 3. A classificação das situações jurídicas subjetivas em patrimoniais e existenciais. 4. Bens digitais: definição e natureza jurídica. 5. Os bens digitais no âmbito das situações jurídicas: a importância de sua funcionalização. 6. Bens digitais com função dúplice. 7. Conclusão. 8. Referências.

1. INTRODUÇÃO

Há algum tempo, partilha-se, no âmbito das ciências sociais, um receio comum quanto à crescente influência dos princípios da lógica comercial sobre as relações humanas. Neste sentido, por exemplo, Habermas refere-se à “colonização do mundo da vida” pelos imperativos do sistema econômico, e destaca o importante papel do direito em impedir que o dinheiro e o poder invadam a esfera das relações intersubjetivas.² Em outra linha, Michael Walzer, ao defender uma justiça de viés plural – que, de acordo com o contexto histórico e cultural, distribua bens sociais diversos (como saúde e dinheiro) com base em lógicas e procedimentos diferentes – afirma que cabe ao direito bloquear certos intercâmbios (*blocked exchanges*), de modo a impedir que a lógica de uma esfera – como a do comércio – passe a guiar as demais.³ Enfim, embate-se Noam Chomsky por uma cuidadosa separação entre “o lucro” e “as pessoas”.⁴

1. A parte inicial desse artigo, feitas algumas modificações, foi originalmente publicada em KONDER, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. Situações jurídicas dúplices: Controvérsias na nebulosa fronteira entre patrimonialidade e extrapatrimonialidade. In: FACHIN, Luiz Edson; TEPEDINO, Gustavo (Org.). *Diálogos sobre direito civil*. v. III. Rio de Janeiro: Renovar, 2012, p. 3-24.

2. HABERMAS, Jürgen. *Between facts and norms: contributions to a discourse theory of law and democracy*. Cambridge: MIT Press, 1998, especialmente p. 53-56.

3. WALZER, Michael. *Esferas da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

4. CHOMSKY, Noam. *O lucro ou as pessoas?* São Paulo: Bertrand Brasil, 2008.